



Número: **0800008-81.2018.8.20.5109**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Acari**

Última distribuição : **02/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Processo referência: **0100860-48.2017.8.20.0109**

Assuntos:

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GETULIO VAGNER DANTAS (EXEQUENTE)		ELOI LUIS DE MOURA (ADVOGADO)	
UNIBANCO SEGUROS S.A. (EXECUTADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29300782	02/08/2018 10:18	<a href="#">peticao inicial</a>	Documento de Comprovação



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO  
DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ACARÍ**

**JUSTIÇA GRATUITA**

**GETULIO VAGNER DANTAS**, brasileiro, solteiro, oleiro, inscrito no RG nº 003.576.638 SSP/RN, portador do CPF nº 116.513.364-40, residente e domiciliado no Sítio Volta do Rio, 35, Zona Rural do Município de Carnaúba dos Dantas – RN, CEP: 59.374-000, vem à presença de Vossa Excelência, por advogado legalmente constituído (procuração anexa), este com escritório profissional localizado na Rua José Venâncio, 587, Centro, Carnaúba dos Dantas – RN, CEP: 59.374-000, telefone: (84) 987161320, email: eloiluis\_ufcg@hotmail.com, onde recebe intimações e correspondências, propor

**AÇÃO DE COBRANÇA  
(SEGURO DPVAT)**

Em desfavor do **UNIBANCO AIG SEGUROS S/A**, empresa seguradora com sede à Avenida Antônio de Góis, nº 617, Bairro Pina, Recife - PE, CEP 51.110-000, inscrito no CNPJ sob o nº 33.166.158/0001-95, e o faz consubstanciado nas seguintes razões:

**1. DA JUSTIÇA GRATUITA**

O promovente (oleiro) afirma e declara <sup>1</sup>**SER POBRE NA FORMA DA LEI**, não possuindo no presente momento condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem que haja comprometimento do sustento próprio e de sua família (declaração em anexo).

**2. DOS FATOS**

<sup>1</sup> Nos termos da Lei 1.060/50

0100860-48.2017.8.20.0109 - 03/10/2017 - 11:13:34



No dia **10/06/2017**, por volta das **22h:30min**, o promovente sofreu acidente automobilístico quando trafegava em uma motocicleta Honda CG/150 FAN ESI, placa OCC 8891/CE, ano 2011, cor vermelha, RENAVAN 320593991, na RN 288, estrada asfaltada que liga o Município de Carnaúba dos Dantas ao Povoado Rajada, momento em que ia na sua mão, deu sinal para entrar a direita e acabou sofrendo colisão na traseira de sua motocicleta por outro motociclista. O autor caiu desacordado.

O promovente foi socorrido e encaminhada para o Hospital Municipal de Carnaúba dos Dantas e de lá foi encaminhada para o Hospital Walfredo Gurgel em Natal, afim de proceder com atendimento de urgência (vide cópia do boletim de atendimento de urgência e boletim de ocorrência em anexo).

O autor sofreu danos físicos irreversíveis com fratura exposta na tíbia esquerda e lesão na cabeça que redundou em perda da função olfativa (CID G 52.0).

Além dos danos físicos sofridos em razão do acidente, o promovente se viu obrigado a comprar medicação e fazer tratamento por conta própria (cópia de recibo em anexo), infortúnio que até o momento está orçado em R\$ 263,95 (duzentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos) de despesas médicas particulares, razão pela qual informa que pleiteia a devolução desses valores, conforme amparo legal da legislação pertinente a matéria.

Em razão dos fatos, desde já o promovente se firma a requerer a produção de Prova Pericial e a submissão de perícia médica judicial, observando para tanto ser o promovente beneficiário da Justiça Gratuita.

Sendo assim, constatado que a debilidade permanente ocorreu em decorrência de acidente de trânsito, tem o promovente direito ao recebimento da indenização do Seguro **DPVAT** no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e dos valores gastos com medicação, conforme determinação do art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, acrescido de correção monetária e juros de mora.

Doutra forma, caso seja comprovado pela parte promovida o pagamento em qualquer valor do seguro aqui pleiteado, requer que seja apurada a possível compensação do *quantum debeatur*, vez que o pagamento do seguro **DPVAT** deve ser pago no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos da Lei nº 6.194/74.

### **3. DO DIREITO**

#### **3.1 DO DIREITO AO RECEBIMENTO DO SEGURO**

A demanda ora posta á apreciação do Poder Judiciário há muito já se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ.



A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 e art. 7º da Lei 8.441/92.

De fato, a referida Lei nº 6.194/74 (Lei do Seguro Obrigatório – DPVAT), em seu art. 3º, inciso II, garante o pagamento de seguro àquelas pessoas que **venham a ficar com invalidez permanente** em decorrência de acidente automobilístico:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente** e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)***

Portanto, tem o promovente o direito ao recebimento da indenização, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

#### ***4. DA APRESENTAÇÃO DE QUESITOS E RENUNCIA A PROVA TESTEMUNHAL***

A parte promovente desde já informa que **NÃO DESEJA PRODUZIR PROVA TESTEMUNHAL** a constar nos autos, e formula os seguintes quesitos para eventual perícia:

- a) Se o promovente foi submetida a tratamento médico capaz de minimizar o dano?
- b) Se há debilidade permanente, perda de membro, órgão ou função no corpo relacionada com o acidente supra narrado?
- c) Em caso de invalidez permanente, qual membro, órgão ou função do corpo do examinado foi debilitado permanentemente?
- d) Restando constatada a invalidez permanente, esta é TOTAL ou PARCIAL?
- e) Se constata a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado na lesão?
- f) Se houve algum tipo de incapacidade laborativa ou funcional?
- g) Em caso positivo, qual o grau (total ou parcial)? Qual a intensidade (temporária ou permanente)?
- h) E em quais documentos médicos foram fundados os períodos de duração?





- i) Se em decorrência das lesões ocorreu alguma invalidez ou incapacidade ao autor, e em caso positivo, qual o respectivo grau de extensão, segundo a tabela contida na Resolução nº 1/75, expedida pelo CNPS - Conselho Nacional de Seguros Privados?
- j) Na hipótese de redução permanente da capacidade laborativa da parte autora, qual o grau de extensão atribuído?
- k) Se o tempo de incapacidade laborativa da parte autora foi lançada em sua CTPS, ou se existe alguma outra prova oficial da existência da mesma?

## 5. DOS PEDIDOS

**PELO EXPOSTO**, com fulcro na CF/88 e na legislação de regência, bem como nos princípios gerais de direito, requer de Vossa Excelência:

a) A concessão dos benefícios da **JUDICIÁRIA GRATUITA** em favor do promovente, nos termos da Lei 1.060/50, já que este não tem condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

b) Que seja designada por Vossa Excelência audiência de conciliação, ante o interesse da promovente em tentar a composição amigável da lide;

c) A citação da seguradora promovida para, querendo, responder à presente por ocasião da audiência de conciliação/instrução a ser designada por esse Juízo;

d) A condenação da promovida ao pagamento da indenização (seguro DPVAT) no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso;

e) A devolução dos valores gastos pela promovente por conta própria com medicação, perfazendo até o momento o valor de **R\$ 263,95 (duzentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos)**;

f) Amparado pelos artigos 188 e 190 do CPC, requer a **produção de prova pericial** na área de ORTOPEDIA **antes da audiência conciliatória**, para confirmação das lesões e debilidade permanente, observando para tanto ser a autora Beneficiária da Justiça Gratuita;

g) que sejam respondidos pelo perito nomeado os quesitos levantados no item 4 da exordial;

h) Caso seja comprovado pela promovida já ter havido o pagamento de qualquer valor do seguro aqui pleiteado, a apuração e compensação do *quantum debatur*



devido, vez que o pagamento do seguro DPVAT deve atingir o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

***Dá-se à causa o valor de R\$ 13.763,95 (treze mil setecentos e sessenta e três reais e noventa e cinco centavos)***

Nestes termos,  
Pede deferimento

Acari/RN, 23 de outubro de 2017.

  
**BEL. ELOI LUIS DE MOURA**  
OAB/RN 8.243

***ROL DE PROVAS ANEXADAS***

- 1. Procuração, declaração de insuficiência econômica, RG e CPF do promovente;***
- 2. Boletim de Atendimento de Urgência do Hospital Walfredo Gurgel;***
- 3. Boletim de Ocorrência da Delegacia de Polícia de Carnaúba dos Dantas - RN;***
- 4. DUT do veículo envolvido no acidente, HONDA CG TITAN/150 cc;***
- 5. Recibo comprovando as despesas médicas particulares pagas pelo autor;***
- 6. Laudo médico de neurologista.***